



## PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n.º 33/2021

Pregão Presencial Registro de Preços n.º 14/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PATRULHA AGRÍCOLA.

### RELATÓRIO:

Trata-se de procedimento de licitação para a aquisição de patrulha agrícola, composta por trator agrícola, grade aradora, carreta agrícola, colhedora de forragens, adubadeira e adubadeira e semeadora de disco.

O processo foi iniciado a partir de pedido do Secretário de Municipal de Agricultura. O prefeito Martins dias de Oliveira autorizou a abertura do processo administrativo de licitação.

A modalidade é o pregão presencial, do tipo menor preço por item, previsto na Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Federal nº 3.555/2000. Conforme artigo 191 da Lei n.º 14133/2021 a administração opta pela licitação de acordo com a Lei n.º 8666/93.

O recursos financeiros para a aquisição da patrulha agrícola é proveniente de Convênio Plataforma Brasil, firmado com o Ministério da Agricultura e Município de Porto Esperidião/MT.

Sendo que havia a relatar.

### FUNDAMENTAÇÃO

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 38.º da Lei 8.666/93, o qual transcreve-se:

“Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração”.



# Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

O Processo foi deflagrado a partir de solicitação expressa apresentada pelo Secretário Municipal de Agricultura, Sr. Juvenal José de Oliveira, com a justificativa o município tem na ampliação e modernização da infraestrutura e serviços para incremento da economia rural e a aquisição de patrulha rural é de vital importância para o desenvolvimento econômico do município.

Saliente-se que a justificativa veio desacompanhada de documentos comprobatórios. Importante destacar que para a contratação em tela seria conveniente apontar dados técnicos acerca da utilização e possibilidade de incremento de produção a ser alcançada com o maquinário.

O objeto da licitação está descrito adequadamente, nos termos do artigo 40, I da Lei de Licitações., como sendo o registro de preços para futura e eventual aquisição de trator agrícola com implementos para patrulha agrícola mecanizada.

contratação de empresa especializada para a realização de serviços em políticas de recursos humanos e gestão de pessoas compreendendo política de seleção de pessoal, mapeamento de competências, plano de cargos e salários, remuneração estratégica (variável) benefícios e gestão de desempenho.

O Termo de Referência (Anexo I) especifica a descrição do objeto nos itens 1 a 6. Os itens descrevem o código, descrição dos equipamentos, quantidades, valor unitário e valor total.

A Lei nº 8.666/93, em seus art. 14, dispõe que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada. A conjugação dos Arts. 14, 38, caput e 40, inciso I, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, que, juntos, dispõe da mesma forma, ou seja, que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada, sucinta e clara.

A departamento de contabilidade forneceu a dotação orçamentária para a aquisição em tela.

Estão anexados três orçamentos fornecidos por empresas do ramo. A administração deve, previamente ao certame, realizar ampla pesquisa de preços, consultando fontes que sejam capazes de representar os valores praticados no mercado, não se limitando à obtenção de apenas três orçamentos de fornecedores, em observância à Resolução de Consulta nº 20/2016 do TCE-MT.

A modalidade de licitação proposta é o Pregão Presencial para registro de preços, regida pela Lei nº 10.520, de 17 de agosto de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98) e o tipo é o menor preço.





O "caput" do artigo 1.º da Lei n.º 10.520/02, possibilita a adoção da modalidade licitatória Pregão Presencial para a aquisição de bens e contratação de serviços comuns, devendo os mesmos serem objetivamente definidos em Edital.

O Sistema de Registro de Preços está originalmente previsto no artigo 15 da Lei 8.666/93, que assim dispõe:

"Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

II - ser processadas através de sistema de registro de preços;

(...)

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições: (...)

§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições".

O sistema de registro de preço emerge como procedimento especial, vinculado e integrante do procedimento licitatório, com o propósito de otimizar a finalidade da licitação na obtenção de proposta mais vantajosa, sempre que não for possível definir, na conclusão do certame, as quantidades contratuais a serem executadas.

O Registro de Preço tem cabimento para evitar que a Administração celebre um contrato cujas quantidades, por imprevisão natural, possam não ser necessárias, ou também para que a Administração possa realizar um certame público antes de eventuais necessidades futuras e emergenciais, evitando assim as famigeradas contratações diretas ou fracionadas.

O prazo de validade da ata de registro de preços é de 12 (doze) meses contados a partir da data da assinatura da respectiva ata (art. 15, § 3.º, III da Lei 8666/93)

O Edital estabelece as obrigações da contratada no que tange ao fornecimento da máquina e equipamentos.

Estão anexadas as minutas da Ata de Registro de Preços e Minuta dos Contratos, os quais foram analisados.



Estado de Mato Grosso

# Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

## CONCLUSÃO:

Em face ao exposto, o Parecer é pelo prosseguimento da contratação pela licitação em análise.

S.M.J.

Porto Esperidião, 28 de junho de 2021.



José de Barros Neto

Portaria n.º 58/12

*José de Barros Neto  
Delegado - CAB-MT 1941/21*